



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681085 - RS (2021/0224587-5)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : MARCIA HELENA SANTOS PAINES E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MÁRCIA HELENA SANTOS PAINES - RS106470  
CLÉBERSON SOUZA - RS114045  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : DOUGLAS AMAURI DOS SANTOS RODRIGUES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS AMAURI DOS SANTOS RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Apelação Criminal n. 5018346-70.2020.8.21.0027).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial semiaberto e ao pagamento de 500 dias-multa, pela prática do delito de tráfico de drogas.

O Tribunal de origem deu parcial provimento à apelação, a fim de reconhecer o privilégio legal disposto no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas; reduzindo, assim, a pena ao patamar de 4 anos e 2 meses de reclusão e ao pagamento de 417 dias-multa, mantendo o regime semiaberto para o início de seu cumprimento.

A impetrante sustenta a existência de constrangimento ilegal, decorrente de equívoco na dosimetria da pena. Nesse sentido, afirma que a aplicação do *quantum* da causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 em 1/3 com fundamento na quantidade de entorpecentes - circunstância já utilizada para agravar a pena-base - constitui indevido *bis in idem*.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja redimensionada a condenação imposta ao paciente, com a incidência da causa de diminuição do tráfico privilegiado em seu patamar máximo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente